

ID: 116155499

16-03-2025

DE ELEIÇÃO EM ELEIÇÃO O NOVO NORMAL?

Crise política em torno de empresa da família Montenegro provoca nova ida às urnas antes do tempo, a terceira em pouco mais de três anos. Especialistas dizem tratar-se de situação sui generis, mas reconhecem contexto global que favorece a instabilidade e um aumento dos sufrágios. E se há quem lembre que são uma prova de vida dos regimes democráticos, parece inegável que também há riscos evidentes.

TEXTO *Ana Tuiha*

Um ano e um dia depois das últimas eleições legislativas em Portugal, o país viu, na terça-feira, confirmada a necessidade de uma nova e extemporânea ida às urnas. O cenário é resultado inevitável do anunciado chumbo da moção de confiança apresentada pelo Governo de Luís Montenegro, já depois de duas moções de censura (uma do Chega, outra do PCP) terem sido liminarmente chumbadas no Parlamento – o que adensa o lado rocambolesco da história. Para melhor se compreender o imbróglho, há que recuar cerca de um mês, até ao momento em que a empresa Spinumviva, criada pelo primeiro-ministro e entretanto cedida à sua esposa, entrou no radar. Na altura, especulou-se sobre um eventual conflito de interesses, face às alterações à chamada lei dos solos. A tese revelou-se inverosímil, mas bastou para o Chega avançar com uma moção de censura, entretanto chumbada. No debate, que decorreu a 21 de fevereiro, Montenegro elencou os terrenos que lhe pertencem, revelou os valores que a família declarou nos últimos 14 anos, recusou liminarmente a ideia de poder vir a beneficiar da nova lei. Quanto à identidade dos clientes da Spinumviva e aos serviços que foram prestados, questões colocadas pelo PS, recusou-se a responder, invocando o sigilo comercial. Ainda assim, garantiu que tinha ido “além do exigível” nas explicações que deu ao país. E sentenciou: “A partir de hoje, só respondo a quem for tão transparente como eu”.

Mas não tardou a morder a língua. O caso não só não morreu ali, como haveria de se exponenciar menos de uma se-

mana depois, quando o “Expresso” fez saber que a Solverde, grupo de casinos e hotéis sediado em Espinho, pagava 4500 euros por mês à empresa da família Montenegro, a troca de serviços de compliance e “definição de procedimentos no domínio da proteção de dados”. A revelação suscitou ainda maior controvérsia porque o contrato de concessão dos casinos de Espinho e do Algarve, assinado entre o Estado e a Solverde, termina no final deste ano e compete ao Governo decidir sobre a sua prorrogação. Perante a reação inflamada dos partidos, a Spinumviva revelou então os nomes dos principais clientes e dos dois consultores externos, bem como os ramos de atividade da empresa. Por sua vez, Montenegro garantiu que não participaria em nenhuma decisão que envolvesse a Solverde, anunciou a passagem da empresa para os filhos (a oposição pedia a venda a terceiros), reafirmou que não cometeu “nenhum crime, nem nenhuma falha ética”. E exortou os partidos a declararem se consideravam que o Governo dispunha de condições para continuar a executar o seu programa. Logo aí, acenou com a ameaça de uma moção de confiança, mas o anúncio de uma nova moção de censura, agora por parte do PCP, pareceu ter arrumado a questão.

A discussão seguiu, no entanto, em crescendo, com a oposição a apontar o dedo a uma série de dúvidas e incongruências. Desde logo, o facto de a venda da quota à mulher ser considerada nula, dado que são casados por comunidade de bens adquiridos. Mas também os possíveis conflitos de interesses, a disparidade de entre a faturação da Spinumviva e os pagamentos feitos aos consultores externos pelos serviços prestados, o verdadeiro papel de Montenegro na empresa ao longo dos últimos meses. Por tudo isto, o PS anunciou a intenção de avançar com uma comissão parlamentar de inquérito (CPI). Dias depois, no debate da moção de censura apresentada pelo PCP – também chumbada –, Montenegro surpreendeu e anunciou que o Governo iria mesmo avançar com uma moção de confiança (que o PS já tinha dito que chumberia), forçando novas eleições antecipadas. O primeiro-ministro invocou “um mal necessário para evitar a degradação das instituições e a perda da estabilidade política”, a Oposição acusou-o de querer fugir ao escrutínio, em particular à CPI. À 25.ª hora, durante o debate da moção, o Governo ainda admitiu retirá-la, caso o PS concordasse com uma comissão de inquérito que durasse apenas 15 dias (e numa segunda proposta cerca de 60), mas não houve entendimento. Portanto, o país segue para as quartas eleições legislativas em cinco anos e meio, as terceiras antecipadas em pouco mais de três anos. E isto contando apenas com as eleições no continente.

SINAL DOS TEMPOS?

Olhando para o panorama europeu, o cenário de eleições antecipadas está longe de ser um exclusivo português. Ainda no mês passado, os alemães foram forçados a ir às urnas antes do previsto, na sequência da rutura da coligação que estava no poder, e que incluía o SPD, de Olaf Scholz, os Verdes e o FDP. O sufrágio ditou o regresso ao poder da CDU, liderada por Friedrich Merz, uma subida exponencial da AfD, partido de extrema-direita dirigido por Alice Weidel, e uma queda abrupta do SPD, que, no entanto, acabou a coligar-se com a CDU para formar Governo. Em julho do ano passado, foi a vez de os ingleses serem cha-



mados às urnas prematuramente, após um surpreendente anúncio de eleições antecipadas por parte do conservador Rishi Sunak, à data primeiro-ministro. Sunak pretendia capitalizar os bons resultados económicos para se legitimar no poder, mas o Partido Trabalhista, liderado por Keir Starmer, acabou por obter uma vitória esmagadora, com mais de 33% dos votos, relegando Sunak e os conservadores para segundo plano.

Um mês antes, em junho, foi a vez de os franceses enfrentarem eleições antecipadas. Em causa, a vitória do Rassemblement National, de Marine Le Pen (também de extrema-direita), nas eleições europeias, e a derrota estrondosa do Renaissance, de Emmanuel Macron. Na sequência deste resultado, o presidente francês dissolveu a Assembleia Nacional e convocou eleições. A ida às urnas ditou uma vitória da Nouveau Front Populaire, aliança de partidos de Esquerda, seguida da coligação Ensemble, de Macron. Em terceiro, ficou o Rassemblement. O novo sufrágio não se tem traduzido, no entanto, num cenário de grande estabilidade, tendo já sido nomeados dois primeiros-ministros desde então (Michel Barnier e François Bayrou). Alemanha,

ID: 116155499

16-03-2025



LEONARDO NEGRÃO

testos nas ruas, desgaste político, possíveis quedas de Governo. Por isso, reconhece, a tendência anunciada é de aumento e até “normalização” da instabilidade.

Também João Carvalho, investigador do ISCTE doutorado em Ciência Política, nota que vivemos hoje num contexto de “maior volatilidade política”, perceptível desde logo na “dificuldade dos Governos incumbentes em renovarem os seus mandatos”. E não dissocia a instabilidade da fragmentação crescente. “Se olharmos para a estabilidade das democracias europeias nos anos 1960 e 1970, pode dizer-se que o aborrecimento desapareceu e que o congelamento que havia das clivagens políticas acabou. Se antes a única clivagem entre os partidos dizia respeito à distribuição da riqueza, nos anos 1980 e 1990 isso começou a mudar. Os partidos verdes, por um lado, e os de extrema-direita, por outro, começaram a ganhar força, o debate político foi alargado e a fragmentação aumentou. À boleia disso, assistimos a uma erosão dos partidos-âncora, que têm mais dificuldade em garantir maiorias, o que obriga a mais negociações e a uma maior representatividade de diferentes opiniões políticas – o que, por sua vez, se traduz em maior instabilidade.”

Vicente Valentim, cientista político que em 2023 conduziu um estudo, publicado no British Journal of Political Science, sobre a forma como a fragmentação política afeta (ou não) a qualidade das democracias, deixa, no entanto, uma ressalva. “Nesse trabalho, concluímos que quanto mais fragmentados os sistemas políticos, mais os Governos recorrem a coligações, mas não encontramos nada que sugira que há um impacto ao nível da duração dos Governos. A fragmentação por si só parece ter pouco efeito na instabilidade.” O investigador reconhece, no entanto, que, olhando para a “big picture”, há um conjunto de fatores que potenciam a incerteza. “As sociedades ocidentais estão cada vez mais polarizadas, a retórica mais inflamada, os entendimentos mais difíceis, há uma retórica de crise constante – sejam crises reais, como a crise económica de 2009, o Brexit, a pandemia, a guerra na Ucrânia, a crise da habitação, ou crises mais manipuladas. Tudo isto gera instabilidade política e torna mais difíceis os consensos e um diálogo mais produtivo. Parece haver, de facto, um padrão geral de sistemas mais instáveis.”

Isabel Estrada Carvalhais não vê, no entanto, razões para alarme. “Em contextos de grande volatilidade internacional, e tendo em conta que falamos de regimes democráticos em que as pessoas têm liberdade de se expressar e há um aumento do escrutínio da atividade política, não me parece preocupante o facto de haver eleições antecipadas. Apesar de ser algo que aparentemente não nos agrada muito, encaro isso com naturalidade.” Virgílio Borges Pereira, professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto especializado em sociologia política, também não olha para esta realidade com “especial dramatismo”. “Os regimes democráticos têm instrumentos para responder a estas situações. Quando há impasses, tentam gerar-se alternativas. Não é a primeira vez na história que acontecem. E temos muitas sociedades que têm governos curtos, e denotam dificuldades em formar governos de maioria, que não deixam de ser sociedades organizadas, com os padrões legais necessários.” Admite, no entanto, que é importante que os partidos institucionalizem “patamares de discussão que permitam consensualizar o exercício de determinado Governo” e que é de esperar que os representantes políticos eleitos “tenham essa capacidade”.

UMA CRISE “AUTOINFLIGIDA”

Ora, voltando à realidade portuguesa, e às várias eleições antecipadas em tão curto espaço de tempo, João Carvalho entende que ela resulta, em parte, de um contexto mais geral, de instabilidade crescente, mas reconhece que há

uma “singularidade portuguesa” que deve ser considerada. “Se é a quarta vez que temos eleições legislativas em tão poucos anos, isso quer dizer alguma coisa. Sendo que as de 2024 foram um caso completamente diferente [António Costa, então primeiro-ministro, demitiu-se por causa de um comunicado da Procuradoria-Geral da República que o envolvia na “Operação Influencer” – mas a suspeita não tardou a desvanecer-se]. Já as de 2022 decorreram, de facto, da instabilidade parlamentar, porque o PS não conseguiu aprovar o orçamento.” Quanto à atual crise, o cientista político considera que ela resulta, de certa forma, da fragmentação que existe no Parlamento – desde logo, da incapacidade de o PSD de deslocar do PS e do crescimento do Chega –, mas aponta sobretudo a um “erro individual”. Ou vários. “O primeiro foi Luís Montenegro não ter desfeito a empresa antes de ser primeiro-ministro, o segundo foi não se ter desfeito dela quando esta história começou, e um outro foi vir dizer numa entrevista que iria concorrer mesmo que fosse arguido. Com esta declaração, Montenegro traz o paradigma da Madeira para o continente, que é algo que dá mais achas ao discurso do Chega e pode cair mal no eleitorado.” Realça ainda que, contrariamente a outros episódios recentes, esta é uma “crise autoinfligida”. “Ninguém a provocou. Parece uma forma de procurar evitar que o primeiro-ministro seja cozinhado em lume brando.”

Também Vicente Valentim entende que estamos perante uma crise “sui generis”. “Apesar de ser verdade que o Parlamento está mais fragmentado, não vejo esta crise como sendo resultante da fragmentação. É algo que tem a ver com o que aconteceu com o primeiro-ministro e que parte de uma moção de confiança que o Governo apresenta, porque quer apresentar. Não é como se a moção de censura do PCP tivesse sido aprovada. É o Governo que avança com esta moção, por motivos estratégicos, para tentar mudar a ênfase da questão, para deixar de uma crise focada só no primeiro-ministro e se tornar numa crise partidária e de Governo. Tem mais a ver com as elites partidárias do que com a fragmentação. Até porque, apesar de se tratar de um Governo minoritário, a verdade é que estava a funcionar mais ou menos bem, estava a ser capaz de desempenhar as funções básicas de um Executivo.”

E sim, há potenciais consequências que advêm do facto de os portugueses serem chamados às urnas com tamanha frequência (até porque, além das legislativas de 18 de maio, também haverá autárquicas e presidenciais em breve). “O risco mais imediato é de os cidadãos perderem interesse nas eleições e de haver um aumento da abstenção. Depois, pode haver efeitos mais indiretos, como uma perda de confiança no sistema e nas elites e um potencial crescimento dos partidos populistas. Até que ponto isso vai ser visível já nas eleições de maio, é difícil dizer. Sabemos que historicamente os climas de instabilidade prolongada levam a votos em partidos mais extremistas, mas ainda não é bem isso que está a acontecer em Portugal.”

Isabel Estrada Carvalhais vê o copo meio cheio. “As eleições antecipadas não têm de significar um desgaste do sistema. São sinal de que a democracia funciona e, portanto, chama-se o povo para se pronunciar.” Reconhece, no entanto, que uma parte das pessoas “não percebe porque é que tem de despendar parte do seu tempo para ajudar a resolver um problema que não gerou”. E aí sim, há risco de desgaste. “Da imagem dos políticos, da atenção que lhes é dada, da vida política e partidária.” Com consequências que merecem reflexão: “Além do aumento da abstenção e do crescimento dos partidos populistas, há o risco de aparecerem novos atores polarizadores. Basta lembrarmos-nos que, em Portugal, existe um outro partido de extrema-direita, o Ergue-te, que diz coisas como: ‘Nós, homens brancos em Portugal, somos vítimas de racismo a toda a hora’.”



MOHAMMED MADRAFI

1 Governo liderado por Luis Montenegro foi derrubado pelo chumbo da moção de confiança 2 Também na Alemanha houve eleições antecipadas (no mês passado), que deram a vitória à CDU 3 Em França, Macron convocou eleições antecipadas em julho, por causa do resultado das europeias

Reino Unido e França são portanto casos paradigmáticos de uma aparente tentação por sufrágios antes da data prevista – e isto olhando apenas para os últimos meses.

Ora, se é certo que sempre houve sufrágios fora de horas, os especialistas admitem que há hoje um “contexto global que pode potenciar um aumento do número de eleições antecipadas em regimes democráticos”. Isabel Estrada Carvalhais, professora de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade do Minho, em tempos eurodeputada independente pelo PS, lembra que vivemos num contexto de “grande volatilidade” a nível internacional, com importantes desafios económicos e político-militares que podem ter repercussões significativas nos sistemas políticos. Desde a guerra na Ucrânia ao posicionamento dos EUA, tanto no plano diplomático como comercial. “Se se verificam alterações significativas das lógicas de mercado, como é agora o caso das tarifas impostas por Donald Trump às importações europeias, isso possivelmente vai ter um impacto negativo nas economias dos países exportadores.” Por sua vez, uma eventual recessão vai previsivelmente gerar descontentamento social, pro-

ID: 116155499

16-03-2025

ELEIÇÕES, ELEIÇÕES, ELEIÇÕES.
TEMOS PACIÊNCIA PARA
O NOVO NORMAL?